

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete à apreciação de V.S. as seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2019. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes.

Perfil da Companhia: A RPR tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente, Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, GLP, Aquarrás, Óleos Especiais, Pentanos e Solventes Leves.

Ambiente Econômico e de Negócios: Em 2019, manteve-se no Brasil um processo de recuperação gradual da atividade econômica, com crescimento estimado de 1,1% no PIB. A inflação medida pelo IPCA ficou levemente acima da meta estipulada pelo BACEN e fechou o ano em 4,3%. A taxa básica de juros da economia encerrou 2019 em 4,5% a.a., representando o nível mais baixo de sua história. A cotação média do petróleo Brent em 2019 foi de US\$ 64,3/barril, inferior 9,5% em relação ao ano anterior e representando uma redução de 2,3% quando convertido em moeda nacional. Os conflitos comerciais entre EUA e China e os acordos de cortes de produção estabelecidos pelos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), foram os principais fatores que influenciaram nas oscilações dos preços do petróleo no mercado internacional. Conforme dados divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), houve um crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior na demanda por derivados de petróleo no mercado brasileiro, no Rio Grande do Sul o crescimento foi de 1,6%. Em 2019, a indústria de refino de petróleo no Brasil manteve a prática de comercialização de derivados de petróleo com preços referenciados em sua cotação internacional (paridade importação) e operou com margens estreitas, principalmente na Gasolina, impactada pelo aumento no volume de importações e concorrência com o etanol.

A REFINARIA RIOGRANDENSE

Contexto Operacional: Em 2019 a RPR adquiriu petróleos, produtos e correntes intermediárias, de origem nacional e importada, processou essas matérias-primas, formulou derivados e os comercializou, principalmente, na região sul do Brasil.

Processos de Gestão: Em suas atividades empresariais a RPR busca a melhoria contínua em seus processos de gestão, com o objetivo de consolidar as melhores práticas de segurança e condutas éticas. No âmbito do Programa Operar Seguro, consolidou-se em 2019 a aplicação de ferramentas de apoio ao desenvolvimento da cultura do comportamento seguro, incluindo a investigação de ocorrências operacionais (34 análises de causas), auditorias comportamentais em campo (1.111 observações), avaliação de práticas seguras (415 vistorias) e verificação do cumprimento de procedimentos críticos (187 verificações). Como consequência das ações, alcançamos o melhor resultado histórico em ocorrência com pessoas, atingindo TAR de 2,1. Destaca-se em 2019 a realização do primeiro Exercício de Evasão com a comunidade do entorno da Refinaria, em parceria com a Prefeitura Municipal (Plano de Auxílio Mútuo - PAM), Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. Por fim, os resultados das auditorias externas e internas do Sistema de Gestão Integrada (SGI) também foram positivos, mantendo-se assim a certificação nas normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Segurança e Saúde).

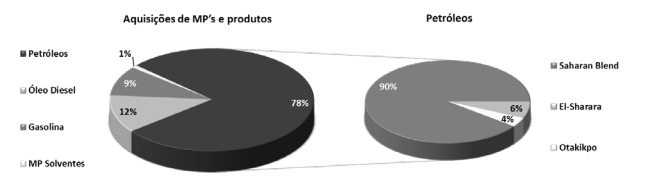
Investimentos: Em 2019 a RPR investiu R\$ 8,2 milhões em melhorias das suas instalações industriais, destacando-se: i) R\$ 3,6 milhões em unidades de processo, direcionadas principalmente na adequação da unidade de armazenamento de ácido e soda, substituição de queimador e melhorias no controle de ar das caldeiras e peças para trocadores de calor;

ii) R\$ 1,9 milhão em estocagem e transferência, principalmente na reforma em tanque para adequação à operação com biodiesel; iii) R\$ 1,4 milhão no terminal de expedição e equipamentos para o laboratório; e iv) R\$ 1,0 milhão em melhorias relacionadas à segurança e meio ambiente.

Pessoas: A política de Recursos Humanos da Companhia visa estabelecer um relacionamento de longo prazo com seus empregados através de um abrangente plano de benefícios e um sistema de remuneração que reconhece o desempenho. Os benefícios oferecidos incluem participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, extensão da licença maternidade, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, refeitório na empresa e clube esportivo. O programa de treinamentos atingiu 269 colaboradores (90% do efetivo da empresa), totalizando 604 eventos e 15.196 horas em 2019. A RPR ofereceu oportunidades a estudantes para aplicar seus conhecimentos em situações reais de trabalho, onde 30 universitários estagiaram nas diversas áreas da Companhia em 2019.

Responsabilidade Social Empresarial: A RPR orienta suas ações de responsabilidade social para educação e segurança alimentar. O Projeto Pescar, em sua 9ª turma na RPR, formou para o mercado de trabalho 16 jovens em 2019. Mais de 50 colaboradores da RPR participaram de ações de voluntariado promovidas pelo Banco de Alimentos de Rio Grande, instituição da qual a RPR é mantenedora e atendeu mais de 65 entidades assistenciais em Rio Grande e São José do Norte, beneficiando 7.000 pessoas por mês.

Produção e Comercialização: O processamento médio de petróleo em 2019 foi de 15.394 barris/dia, superior 7,3% em relação ao ano anterior e representando o maior volume dos últimos 6 anos. A elevada carga foi possível devido à redução de gargalos operacionais, melhorias em confiabilidade e suprimento de matéria-prima aderente à programação, diminuindo o impacto por atrasos no recebimento de petróleos. Todos os petróleos adquiridos foram oriundos de importações, com destaque para o processamento pela primeira vez na RPR do petróleo "Otakippo", oriundo da Nigéria. As aquisições de produtos e correntes intermediárias atingiram volume de 248 mil m³, representando 22,4% sobre o volume total vendido no ano.



As vendas de derivados de petróleo atingiram recorde histórico, alcançando 1.107 mil m³, sendo 2,0% maior que o ano anterior, com destaque para a venda de Óleo Diesel A S10 com volume de 57 mil m³ superior a 2018. Mesmo com o aumento no volume de vendas, a participação da Companhia no mercado de derivados de petróleo do RS passou de 15,4% em 2018 para 14,0% em 2019, com queda na gasolina (de 16,9% para 15,3%) e no óleo diesel (15,5% para 14,6%).

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	126.317	92.424	Financiamentos	11	96.538	93.907
Contas a receber de clientes	6	113.064	78.964	Fornecedores	12	204.335	221.549
Ganhos não realizados com derivativos	18d	6.774	1.016	Perdas não realizadas com derivativos	18d	3.261	438
Estoques	7	129.143	176.987	Impostos e contribuições a recolher	13	87.793	44.262
Impostos a recuperar	8	49.337	17.868	Salários e encargos sociais	14	8.477	6.264
Outros ativos circulantes		4.525	2.799	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	667	688
		<u>429.160</u>	<u>370.058</u>	Provisão para benefício pós-emprego	16	5.387	5.195
				Dividendos propostos	17	9.258	2.682
Não circulante				Outros passivos circulantes		<u>1.336</u>	<u>10.587</u>
Realizável a longo prazo						<u>417.052</u>	<u>385.572</u>
Depósitos judiciais	14	2.235	2.312	Não circulante			
Outros ativos não circulantes	6	484	685	Financiamentos	11	11	100
		<u>2.719</u>	<u>2.997</u>	Impostos diferidos	22	35.380	31.198
Imobilizado	10	196.977	203.806	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	13.375	11.847
Intangível		144	162	Provisão para benefício pós-emprego	15	70.157	48.634
		<u>199.840</u>	<u>206.965</u>			<u>118.923</u>	<u>91.779</u>
Total do ativo		<u>629.000</u>	<u>577.023</u>	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		50.477	50.477
				Ajustes de avaliação patrimonial		16.562	42.620
				Reserva legal		1.802	318
				Reserva de lucros		24.184	6.257
						<u>93.025</u>	<u>99.672</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>629.000</u>	<u>577.023</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Lucros retidos	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	42.064	56.673	8.413	17.580	76.308	201.038	201.038
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.358	6.358
Outros resultados abrangentes	-	(14.053)	-	-	-	2.899	(11.154)
Total de resultados abrangentes no exercício	-	(14.053)	-	-	-	9.257	(4.796)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	(17.580)	(76.308)	-	(93.888)
Aumento de capital oriundo de reserva	8.413	-	(8.413)	-	-	-	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido							
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.682)	(2.682)	(2.682)
Constituição de reservas	-	-	318	6.257	(6.575)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>50.477</u>	<u>42.620</u>	<u>318</u>	<u>6.257</u>	-	<u>99.672</u>	<u>99.672</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	29.687	29.687
Outros resultados abrangentes	-	(26.057)	-	-	-	2.658	(23.399)
Total de resultados abrangentes no exercício	-	(26.057)	-	-	-	6.288	6.288
Dividendo adicional	-	-	-	(3.676)	-	-	(3.676)
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido							
Dividendos propostos	-	-	-	-	(9.258)	(9.258)	(9.258)
Constituição de reservas	-	-	1.484	21.603	(23.087)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>50.477</u>	<u>16.562</u>	<u>1.802</u>	<u>24.184</u>	-	<u>93.025</u>	<u>93.025</u>

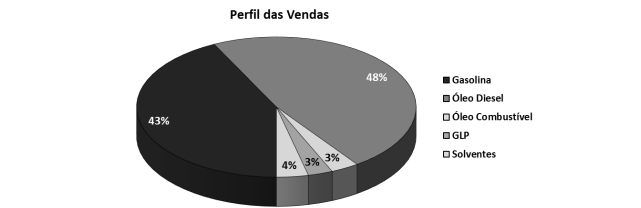
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia" ou "RPR") é uma sociedade de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. São sócios da Companhia: Ultrapar Participações S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Braskem S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,585% de ações preferenciais). Suas atividades principais são o refino de petróleo e a comercialização dos seus derivados e correlatos. Os principais produtos produzidos pela RPR são Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, GLP (Gás de Cozinha), Aquarrás e Solventes Especiais. Em 2019 a RPR adquiriu petróleos, produtos e correntes intermediárias, de origem nacional e importada, processou essas matérias-primas, formulou derivados e os comercializou, principalmente, na região sul do Brasil. O processamento médio de petróleo em 2019 foi de 15.394 barris/dia, superior 7,3% em relação ao ano anterior e representando o maior processamento dos últimos 6 anos. Todos os petróleos adquiridos foram oriundos de importações, com destaque para o processamento pela primeira vez na RPR do petróleo "Otakippo", oriundo da Nigéria. As aquisições de produtos e correntes intermediárias atingiram volume de 248 mil m³, representando 22,4% sobre o volume total vendido no ano. As vendas de derivados de petróleo atingiram recorde histórico, alcançando 1.107 mil m³, sendo 2,0% superior ao ano anterior. Destaque para a venda de Óleo Diesel A S10, superior 57 mil m³ em relação a 2018. Em suas atividades empresariais a RPR busca a melhoria contínua em seus processos de gestão, com o objetivo de consolidar as melhores práticas de segurança em suas operações e condutas éticas. **2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 03 de março de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Adoção do custo atribuído aos itens do ativo imobilizado - em 1º de janeiro de 2009; • Instrumentos financeiros - Ganhos e Perdas não realizadas com derivativos; e • Ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas, premissas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício à findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 10** - Imobilizado; • **Nota 14** - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; • **Nota 15** - Provisão para benefício pós-emprego; • **Nota 18** - Instrumentos financeiros.

3 Principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um

contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente** - Inicialmente, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros** - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhe-



Resultado Econômico Financeiro: Em 2019, o resultado foi positivamente impactado pela contabilização de R\$ 47,7 milhões referentes créditos fiscais oriundos de processo tributário, ajuizado em 2008 e transitado em julgado em outubro de 2019, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no período de 2004 a 2019. O impacto desse crédito no lucro líquido de 2019 foi de R\$ 26,6 milhões.

R\$ milhões	2019	2018	Δ 19/18
Receita Bruta	3.458,6	3.388,9	2%
Receita Líquida	2.156,4	2.092,6	3%
Lucro Líquido do Exercício	29,7	6,4	367%
EBITDA	35,2	17,3	104%

Endividamento: A Companhia encerrou o exercício com uma dívida bruta de R\$ 90,7 milhões, inferior 3,6% em relação a 2018 e com caixa líquido de R\$ 35,6 milhões, representando um aumento de R\$ 37,2 milhões em relação ao ano anterior, conforme abaixo:

R\$ mil	2019	2018
Emprést. e financ. CP	96.538	93.907
Emprést. e financ. LP	11	100
Ganhos com derivativos financ.	(5.881)	-
Total da Dívida	90.668	94.007
Total da Caixa	126.317	92.424
Caixa líquido	35.649	(1.583)

Perspectivas: Para 2020 vislumbramos incertezas quanto ao crescimento global, além do aumento nos custos dos petróleos de baixo teor de enxofre, elevação nos cracks de derivados e uma janela de oportunidade para atuação no mercado de Óleo Combustível Marítimo (Bunker), reflexos da IMO 2020. O cenário projetado para a indústria de refino de petróleo no Brasil indica manutenção da política de precificação de derivados consistente com as práticas do mercado internacional (paridade importação) e a continuidade de margens estreitas, similares aos últimos dois anos, reforçando a relevância do aumento de produtividade, otimização de processos e gestão de custos. A Administração continuará direcionando suas ações para a garantia da confiabilidade operacional, com foco na segurança de pessoas, de processos, gestão de riscos e atendimento às condicionantes ambientais, além da otimização dos recursos e ativos, buscando máxima geração de resultados. Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores pela confiança, dedicação e apoio recebidos ao longo de 2019.

A Administração.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	19	2.156.436	2.092.551
Custos dos produtos vendidos e dos serv. prestados	23	(2.118.688)	(2.058.940)
Lucro bruto		<u>37.748</u>	<u>33.611</u>
Outras receitas operacionais	20	26.916	6.482
Despesas com vendas	23	(11.973)	(11.130)
Despesas gerais e administrativas	23	(32.284)	(24.395)
Lucro antes das rec. (desp.) financ. liq. e impostos		<u>21.407</u>	<u>4.567</u>
Receitas financeiras	21	29.405	8.471
Despesas financeiras	21	(5.467)	(4.380)
Lucro antes dos impostos		<u>45.345</u>	<u>8.659</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(11.475)	(2.238)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(4.183)	(63)
Lucro líquido do exercício		<u>29.687</u>	<u>6.358</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária básico (em R\$)		1,8202	0,3898
Lucro por ação preferencial básico (em R\$)		2,0022	0,4288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)	Nota	2019	2018
Lucro líquido do exercício		<u>29.687</u>	<u>6.358</u>
Ganhos (perdas) não realizados (as) com derivativos	18d	(2.946)	(7.013)
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benef. definidos	15	(20.453)	(4.141)
Outros resultados abrangentes		(23.399)	(11.154)
Resultado abrangente total		<u>6.288</u>	<u>(4.796)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.345	8.659
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	13.790	12.710
Resultado na venda de ativos imobilizados	9	(17)
Encargos financeiros não realizados sobre financiamentos	4.250	3.811
Provisão para estoques	(3.465)	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.507	(1.113)
Provisão para benefício pós-emprego	1.262	328
Total ajustado por	17.352	15.719
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em contas a receber	(34.100)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

feridos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge** - A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento. Para um hedge de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deveria ter a sua ocorrência como altamente provável e deveria apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final afetam o lucro líquido reportado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. **Hedges de fluxos de caixa** - Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclássificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (hedge) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem até que a transação prevista afete o resultado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. **b. Estoques** - Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, do dos o menor. No valor de custo dos estoques estão incluídos os custos de aquisição e gastos relacionados diretamente ao processo produtivo. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não pode exceder ao valor de reposição. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável. A Companhia optou por registrar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do conseqüente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local necessário para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. **(ii) Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente gerarão receita para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Companhia considera as seguintes vidas úteis econômicas para os bens constantes de seu ativo imobilizado: Edificações e benfeitorias - 60 anos; Máquinas, equipamentos e instalações de operações - 8-35 anos; Móveis e utensílios - 8-32 anos; Computadores e periféricos - 5-8 anos; Veículos - 10 anos. Os efeitos em taxas médias de depreciação para os itens com intervalo estão apresentados na nota explicativa 10. **d. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Instrumentos financeiros e ativos contratuais** - A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. **e. Benefícios concedidos a empregados**: Os compromissos atuariais com os planos de seguro de vida e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fator gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefícios definidos em outros resultados abrangentes. **f. Provisões**: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g. Capital social: Ações ordinárias** - As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais** - As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo circulante. **h. Receita operacional**: A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes, que trata sobre a nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. Esta norma estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **i. Receitas financeiras e despesas financeiras**: As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas apenas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. **j. Arrendamentos**: A Companhia avaliou o impacto da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 e entendeu que os impactos não são significativos sobre as demonstrações financeiras. **Políticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2019** - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16. Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **k. Novas normas e interpretações**: As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas: - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3) - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8) - IFRS 17 Contratos de Seguros. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. **4 Gerenciamento de risco financeiro**: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco**: a. **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Contas**

Movimentação do custo		31/12/2018	2019
Custo			Custo
Terrenos		12.272	0
Edificações e benfeitorias		44.179	0
Máquinas, equipamentos		296.767	4.118
Móveis e utensílios		3.117	76
Computadores e periféricos		4.844	285
Veículos		1.435	0
Obras em andamento		7.567	3.587
Outros		68	0
		370.250	8.072
		31/12/2017	2018
Custo			Custo
Terrenos		12.272	0
Edificações e benfeitorias		40.782	(19)
Máquinas, equipamentos		276.082	2.885
Móveis e utensílios		2.919	192
Computadores e periféricos		3.907	537
Veículos		739	696
Obras em andamento		9.845	21.755
Outros		68	0
		346.614	26.065
		31/12/2016	2017
Depreciação			Depreciação
Edificações e benfeitorias		(15.480)	(1.453)
Máquinas, equip. e instalações de operações		(145.811)	(11.336)
Móveis e utensílios		(1.953)	(148)
Computadores e periféricos		(2.669)	(592)
Veículos		(492)	(138)
Outros		(38)	(6)
		(166.443)	(13.673)
		31/12/2017	31/12/2018
Depreciação			Depreciação
Edificações e benfeitorias		(14.134)	(1.347)
Máquinas, equip. e instalações de operações		(135.529)	(10.284)
Móveis e utensílios		(1.842)	(111)
Computadores e periféricos		(2.134)	(535)
Veículos		(274)	(219)
Outros		(32)	(5)
		(153.945)	(12.501)

Durante o exercício de 2019 a Companhia realizou revisões periódicas da vida útil econômica dos itens de imobilizado, sendo que não houve alterações relevantes na vida útil estimada nos exercícios anteriores. **11 Financiamentos**

	31/12/2019	Saldos em 31/12/2018	Valor de principal	Encargos Financeiros	Ano de Vencimento
Moeda nacional				4,50% a 5,50% a.a.	2019 a 2021
Finame	90	252	157	111,50% CDI	
Moeda estrangeira US\$				VC + 3,93% a.a.	
Finimp	96.448	93.755	88.416		2020
Total circulante	96.538	93.907			
Total não circulante	11	100			

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	2021	2021
	11	11

(i) Informações complementares ao fluxo de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017		
Alterações de caixa		
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento		81.202
Alterações que não afetam caixa		
Despesas de juros e variações cambiais		3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2018		94.007
Alterações de caixa		
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento		(8.031)
Alterações que não afetam caixa		
Despesas de juros e variações cambiais		10.573
Saldo em 31 de dezembro de 2019		96.549
12 Fornecedores		
Fornecedores	192.052	22.948
Sociedades controladoras	11.424	1.767
Partes Relacionadas	859	196.834
Total	204.335	221.549

A composição de fornecedores com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 9.

13 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ	468	363
PIS/COFINS	31.537	13.758
CIDE	4.075	2.273
ICMS	42.520	27.756
IR/CS	8.933	-
Outros	260	112
Total	87.793	44.262

14 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, conforme abaixo:

	2019	2018	Depósitos judiciais	2019	2018
Fiscais	207	13	-	-	-
Cíveis	705	697	-	-	-
Trabalhistas	13.130	11.825	2.235	2.312	2.312
Total	14.042	12.535	2.235	2.312	2.312
(-) Circulante	667	688	-	-	-
Não circulante	13.375	11.847	2.235	2.312	2.312

Em 31 de dezembro de 2019 os processos trabalhistas referem-se, principalmente, às questões ajuizadas por ex-empregados da Companhia, versando sobre verbas salariais e indenizatórias.

Resumo da movimentação

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12	902	12.733	13.647
Provisões (reversões) feitas durante o período	1	(205)	(908)	(1.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13	697	11.825	12.535
Provisões feitas durante o período	194	8	1.305	1.507
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	705	13.130	14.042

b. Riscos possíveis: A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 697 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 454 em 31 de dezembro de 2018). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas.

15 Provisão para benefício pós-emprego: A Companhia possui um conjunto de benefícios após aposentadoria para seus empregados elegíveis a esses direitos. Os benefícios existentes são: seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica e indenização do FGTS. A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para benefício pós-emprego relacionada à indenização do FGTS por tempo de serviço, plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis ("benefícios complementares"). A movimentação dos passivos por conta de benefícios de longo prazo a empregados está apresentada abaixo:

		2019	2018
Depósitos judiciais			
Fiscais		207	13
Cíveis		705	697
Trabalhistas		13.130	11.825
Total		14.042	12.535
(-) Circulante		667	688
Não circulante		13.375	11.847

Em 31 de dezembro de 2019 os processos trabalhistas referem-se, principalmente, às questões ajuizadas por ex-empregados da Companhia, versando sobre verbas salariais e indenizatórias.

Resumo da movimentação

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12	902	12.733	13.647
Provisões (reversões) feitas durante o período	1	(205)	(908)	(1.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13	697	11.825	12.535
Provisões feitas durante o período	194	8	1.305	1.507
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	705	13.130	14.042

9 Partes relacionadas: As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber		
Braskem S.A.	714	7.157
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	4.265
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	842
Petrobras Global Trading B.V	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	85.242	17
Petrobras Distribuidora S.A.	3.671	711.899
Liquigás Distribuidora S.A.	1.608	34.200
Companhia Ultragaz S.A	70	2.792
Oxiteno	364	6.119
Ionic Lubrificantes S.A.	408	5.609
Total	92.077	12.283
Contas a pagar		
Braskem S.A.	-	1.767
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	-
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	62
Petrobras Global Trading B.V	-	196.529
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	14.025	42
Petrobras Distribuidora S.A.	10.041	201
Liquigás Distribuidora S.A.	2.253	-
Companhia Ultragaz S.A	80	-
Oxiteno	4	5.201
Total	26.403	198.601

As operações comerciais da Companhia com suas partes relacionadas são efetuadas a preços e condições estabelecidas entre as partes e alinhadas com as práticas de mercado. **Remuneração do pessoal-chave da administração**: A remuneração de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2019 foi de R\$ 1.892 (R\$ 1.862 no exercício de 2018), encargos sociais de R\$ 496 (R\$ 486 em 2018) e os benefícios atingiram o valor de R\$ 245 (R\$ 237 em 2018), referente a diretores e conselheiros. O plano de benefícios aos administradores da Companhia inclui plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, entre outros.

		31/12/2019	31/12/2018
10 Imobilizado: a. Composição dos saldos			
Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
	12.272	-	12.272
2	44.849	(16.933)	27.915
4	306.928	(155.905)	151.023
2	3.217	(2.101)	1.116
13	5.159	(3.239)	1.920
14	1.309	(630)	679
	2.021	(44)	1.977
10	74	-	74
	375.830	(178.852)	196.978
			203.806
			31/12/2018
Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
	12.272	-	12.272
2	44.179	(15.481)	28.698
4	296.767	(145.811)	150.957
2	3.117	(1.953)	1.164
13	4.844	(2.669)	2.175
14	1.435	(492)	943
	7.567	(38)	7.529
10	68	-	68
	370.250	(166.443)	203.806
			192.670

		31/12/2018	2019
Movimentação do custo			
Custo			Custo
Terrenos		12.272	0
Edificações e benfeitorias		44.179	0
Máquinas, equipamentos		296.767	4.118
Móveis e utensílios		3.117	76
Computadores e periféricos		4.844	285
Veículos		1.435	0
Obras em andamento		7.567	3.587
Outros		68	0
		370.250	8.072
		31/12/2017	2018
Custo			Custo
Terrenos		12.272	0
Edificações e benfeitorias		40.782	

